



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 2/2022 - Plenário - 24/02/2022 das 18:00 as 23:55

Decisão: 121/2022

Referência: 2640301/2022

EMENTA: Defere PROCESSO ADMINISTRATIVO - REFIS 2022, Trata-se de Memorando n. 017/2022 da Assessoria Jurídica de Recuperação de Receita para análise da implantação do programa de Recuperação de Créditos Fiscais e Tributários previsto na Resolução 1.128/2020 do Confea no âmbito do Crea-AM.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 24 de fevereiro de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Janeth Fernandes Da Silva, objeto de solicitação de dívida ativa, A Res. 1.128/20 dispõe sobre os procedimentos para cobrança administrativa, inscrição de débito em Dívida Ativa, parcelamentos e cobrança judicial dos créditos do Sistema Confea/Crea, que deve ser observado necessariamente pelo Crea-AM. Notadamente sobre o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais e Tributários, a aludida Resolução permite aos Creas instituir refis todos os anos, desde que observe alguns requisitos: Art. 14. Fica facultada aos Creas a instituição de Programa de Recuperação de Créditos Fiscais e Tributários, observado o seguinte: I - o Programa de Recuperação de Créditos deverá ser incluído na Proposta Orçamentária; II - na instrução do processo administrativo para a tomada de decisão dos órgãos deliberativos e decisórios do Crea, deve ser realizado o estudo de impacto orçamentário e financeiro, observadas as diretrizes da Lei Complementar nº 101, de 2000 e a legislação correlata; e III - o Programa de Recuperação de Créditos deverá ser aprovado pelo Plenário do Crea, observadas, quanto à instrução e tramitação, as regras regimentais do Conselho. Parágrafo único. Os devedores poderão aderir ao Programa de Recuperação de Créditos diretamente perante o Crea ou por meio de mutirões de conciliação realizados no âmbito da Justiça Federal. O primeiro deles é a inclusão do programa de recuperação de crédito na proposta orçamentária. Como a Resolução 1.128/20 entrou em vigor no final do ano de 2020, o Crea-AM não conseguiu incluir o programa no orçamento de 2021. A AJRR informou que isso foi feito no ano de 2021 para o orçamento de 2022, porém, não foi juntado ao presente protocolo, o que necessariamente precisa ser feito para fins de instrução e comprovação do requisito. Outro requisito é o estudo de impacto orçamentário e financeiro, observadas as diretrizes da Lei, Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. § 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. § 3º O disposto neste artigo não se aplica: I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º; II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança. Complementar 101/2000, que diz: considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela APROVAÇÃO do Programa de Recuperação de Crédito previsto na Resolução 1.128/2020 para o ano de 2022, mediante os seguintes critérios básicos, além daqueles previstos na Resolução: 1) o débito poderá ser quitado à vista ou mediante parcelas mensais iguais e sucessivas, limitadas a 36 (trinta e seis) vezes de, no mínimo, R\$ 70,00 (setenta reais) cada parcela; 2) sobre o débito consolidado, o Crea-AM concederá redução progressiva dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observando-se os seguintes limites: a) à vista, com redução de 100% (cem por cento); b) de 2 a 12 parcelas, com redução de 70% (setenta por cento); c) de 13 a 24 parcelas, com redução de 50% (cinquenta por cento); ou d) de 25 a 36 parcelas, com redução de 30% (trinta por cento); 3) Os devedores poderão aderir ao Programa de Recuperação de Crédito diretamente perante o Crea-AM ou por meio de mutirões de conciliação realizados no âmbito da Justiça Federal no período de 1º de Abril a 30 de Junho de 2022. Decisão proferida na 551ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

favoravelmente os senhores Conselheiros: Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Claudedir Malveira De Souza, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Gilmar Alencar Perêa, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Mesaque Silva De Oliveira, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Ricardo Cabral De Oliveira, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 24 de fevereiro de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário